

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL (CCN)
DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**

Data e local: 24 de outubro de 2020 (sábado), por meio de videochamada pelo Microsoft Teams.

Presentes, os seguintes:

Representantes das Diretorias Regionais: Bahia – PETRONILIO Xavier Lopes Neto (PETRONILIO), Ceará – LUIZA Flavia Almeida (LUIZA), Distrito Federal – ADRIANA Pereira Frony (ADRIANA), Espírito Santo – LUCIANO Antônio Rodrigues (LUCIANO), Goiás – WINDER Oliveira Garcia (WINDER), Maranhão – Antonino PIO de Carvalho Sobrinho (PIO), Minas Gerais – Marcos Magno GOMIDE Vieira (GOMIDE), Mato Grosso – RODRIGO Rodrigues da Cunha Paiva (RODRIGO), Mato Grosso do Sul – JEFFERSON Silva de Padua Melo (JEFFERSON), Pará – Hilton KAYAN Costa Barbosa (KAYAN) e ALUÍSIO Barata da Silva (ALUÍSIO), Paraíba – Wenderlânia da Silva (WEND) e CHRISTIAN Ubiratan da Silva Barbosa (CHRISTIAN), Paraná – IRINEU Muniz de Resende Neto (IRINEU), Piauí – ÂNGELO Barbosa de Souza (ÂNGELO) e RAFAEL Fagundes Cavalcanti (RAFAEL), Pernambuco – ALEX da Silva Rocha (ALEX), Rio de Janeiro – ANDRÉ Leonardo Cavalcanti Fernandes (ANDRÉ), Rio Grande do Norte – AMBROSIO Michael Barros Cunha (AMBROSIO), Rio Grande do Sul – Mario Miguel da Rosa MURARO (MURARO), Santa Catarina – NARCIZO Safério Giraldi (NARCIZO), São Paulo – Alexandre BANCHI (BANCHI) e Anna Beatriz Reali Costa Melo (BIA), Tocantins – BIBIANA Zanella Ribeiro (BIBIANA).

Diretoria Executiva Nacional (DEN): Rafael Rocha de MACEDO (MACEDO) - Presidente, CRISTINE Bohrer Ritt (CRIS) - Vice-presidente, ROBERLEI Volpe Beneduzi (ROBERLEI) - Vice-presidente, CELSO Thadeu Carneiro de Menezes (CELSO) – Diretor de Métodos Educativos, PAULA Cristina Áciron Loureiro (PAULA) - Diretora Jurídica e de Integridade, Sérgio MARANGONI Alves (MARANGONI) - Diretor de Projetos.

Escritório Nacional (EN): Thiago Martins Barbosa Bueno (THIAGO BUENO) - Gerente Geral; ANA CARLA Nunes (ANA CARLA) - Gerente Administrativa-Financeira, DÉBORA Cintra (DÉBORA) - Contabilidade.

Às 9h11min do dia 24 de outubro de 2020 (sábado), MACEDO e ROBERLEI fazem a abertura oficial dos trabalhos, dando as boas-vindas aos presentes.

Eleição do Presidente e do Secretário da reunião: São aclamados MURARO como Presidente, PETRONILIO como Vice-Presidente e THIAGO BUENO como Secretário desta reunião.



Aprovação da ata da reunião anterior: MURARO submete à votação a ata da reunião anterior do Conselho Consultivo Nacional, realizada nos dias 17 e 18 de agosto de 2019, em São Paulo/SP. A ata é aprovada por unanimidade dos presentes.

Retomada das atividades escoteiras presenciais: MACEDO lembra que foram disponibilizados previamente ao CCN o parecer técnico do Comitê Nacional de Crise da COVID-19 e o resultado da pesquisa feita pelo nível Nacional com os associados sobre a retomada das atividades escoteiras presenciais. Entende que é um assunto difícil de se tratar, sempre tendo em vista a preservação da saúde e da integridade dos associados como prioridade, mas sem deixar de levar em conta os impactos educativos e financeiros gerados à associação pela suspensão das atividades presenciais. MACEDO reporta o debate que a DEN teve com o Conselho de Administração Nacional (CAN) na última semana sobre o tema. Ressalta que o parecer do Comitê Nacional de Crise foi feito num momento em que a pandemia estava mais intensa do que agora. Diz que tivemos um alto número de respostas na pesquisa feita, tendo como resultado consolidado uma prevalência do não retorno às atividades presenciais neste momento, com algumas diferenças regionais. Assevera que a proposta do CAN e da DEN é delegar às Regiões Escoteiras a decisão sobre a retomada das atividades escoteiras presenciais, desde que observem os parâmetros estabelecidos no parecer técnico do Comitê Nacional de Crise da COVID-19. Informa que a DEN já recebeu propostas de protocolos regionais de retorno das Regiões Escoteiras do PA, SC, SP e MG, as quais parecem adequadas. NARCIZO manifesta satisfação com a proposta apresentada em se delegar às Regiões Escoteiras a decisão sobre a retomada das atividades escoteiras presenciais, pois em algumas localidades do Brasil as prefeituras já estão liberando as Unidades Escoteiras Locais (UEs) a realizarem atividades presenciais, e, por conta disso, está difícil em SC de controlar as UEs quanto à retomada. Afirma que a Diretoria Regional está orientando as UEs a encaminharem ofícios às respectivas prefeituras para obtenção de autorização de realização de atividades presenciais, com o devido acompanhamento por parte do nível Regional. MACEDO esclarece que o CAN condicionou a retomada das atividades escoteiras presenciais à autorização da realização de atividades presenciais pela prefeitura municipal e o retorno das atividades escolares no município. MURARO pergunta se os requisitos mínimos para a retomada das atividades presenciais, orientados pelo Comitê Nacional de Crise, serão repassados às Regiões Escoteiras. ROBERLEI responde que sim, esclarecendo que a liberação se dará por meio de um protocolo nacional com requisitos mínimos, salientando que um requisito determinante deverá ser a autorização dos pais/responsáveis legais para o retorno dos jovens às atividades presenciais, além da autorização das autoridades municipais e sanitárias da localidade, a fim de preservarmos a instituição de eventuais riscos jurídicos com isso. IRINEU concorda com a proposição da DEN e do CAN. Afirma que o parecer do Comitê Nacional de Crise é muito bom. Manifesta que as atividades devem ser retomadas não porque algumas pessoas querem ou por pressão, mas porque agora estamos preparados para isso. Complementa que não imaginávamos qual seria a duração da pandemia e da quarentena, todavia, hoje já temos medidas preventivas para retomada das atividades presenciais. Entende que é o momento de se retornar às atividades presenciais, obviamente, com protocolos, autorização regional e autorização dos pais/responsáveis, não só por questões jurídicas, mas porque essa decisão deve ser compartilhada com as famílias. Sugere que sejam liberadas imediatamente, desde que



seguindo os devidos protocolos, as atividades presenciais de adultos, pois precisamos planejar a reconstrução da UEB, o que virtualmente é possível, mas não é a mesma coisa que no modo presencial. LUCIANO informa que faz parte do Comitê Nacional de Crise da COVID-19 e esclarece que o parecer técnico apresentado não traduz totalmente a realidade atual, pois a pandemia é dinâmica. Considera que chegamos a um ponto em que a pandemia teve uma mudança, mas não podemos deixar de lado as questões regionais e locais. Entretanto, sublinha que o Comitê Nacional de Crise mantém a sua visão expressa no parecer técnico. Se as instituições governamentais focaram em evitar a sobrecarga do sistema de saúde, pondera que o foco dos Escoteiros do Brasil deve ser “morte zero”. Por isso, considera que termos protocolos nacionais para isso é de suma importância. Sugere esperar dois ou mais ciclos de retorno das atividades escolares para retomada das atividades escoteiras presenciais. Além da autorização dos pais/responsáveis, diz que também é preciso se obter o alvará das autoridades sanitárias do município. Sublinha que os mapas de riscos devem ser lidos com desconfiança por conta próximas das eleições municipais, e porque há divergências dos dados entre as autoridades públicas. Concorde com a proposição do IRINEU da autorização retomada das atividades presenciais de adultos, visando sinergia no trabalho de planejamento. Demonstra preocupação se, ao autorizarmos a retomada das atividades escoteiras presenciais, não estaremos colaborando para os associados se tornarem descrentes em relação à contaminação pelo coronavírus. BANCHI relata que em SP há vários níveis de dirigentes, inclusive aqueles que a pandemia está exaurindo, mas há pessoas conscientes sobre a situação, as quais estão aguardando uma melhor definição da pandemia. Diz que nos preocuparmos em apenas satisfazer as necessidades dos reclamantes, é preocupante para instituição. Ressalta que todo final de semana chegam notícias que UELs e adultos fizeram atividades presenciais, desrepeitando a atual determinação nacional sobre o tema. Propõe que deva partir do CAN, baseado nas discussões do CCN, se delegar a decisão de retomada das atividades às Regiões Escoteiras. Afirma que o Comitê Regional de Crise de SP orienta a retomada das atividades escoteiras presenciais 21 dias após o retorno às atividades escolares no modo presencial. GOMIDE parabeniza a DEN pela reunião e relata que já tiveram uma conversa com o conselheiro nacional Magu sobre o assunto. Diz que a Região Escoteira de MG fez uma pesquisa interna e como resultado 99% dos associados disseram ser contra o retorno às atividades presencialmente em 2020. Provavelmente por isso, afirma que MG não deverá retornar às atividades neste ano. AMBROSIO diz que estão acompanhando as orientações das autoridades públicas e escoteiras em nível Nacional para elaborar uma proposta regional de retorno às atividades presenciais. Relata que no RN alguns municípios estão retomando as atividades escolares, mas entende que precisamos ser prudentes nessa decisão. Afirma que estão preparando uma orientação regional para a retomada das atividades, provavelmente, somente para 2021. Frisa que no RN seguirão uma linha de prudência, aguardando o melhor momento para voltar às atividades presenciais. Diz que se em algum ponto do estado houver necessidade de determinada UEL, pode ser que uma ou outra volte antes disso. ANDRÉ parabeniza a apresentação dos resultados da pesquisa em BI, pois foi interessante para visualizar o cenário nacional e fazer comparações regionais. Com isso, conseguiu ver uma preocupação com a necessidade de vacina maior no RJ do que a média nacional. Entende que o papel do nível nacional deveria ser expedir recomendações de uma forma geral, em



termos de segurança sanitária, e caberia às Regiões Escoteiras analisar suas realidades locais. Diz que algumas Regiões fizeram bons protocolos e que no RJ o Comitê Regional de Crise já elaborou cinco protocolos: para atividades em sede, atividades fora da sede, cursos, atendimento do Escritório Regional e atividades comunitárias. Propõe que os protocolos sejam criados por um Grupo de Trabalho com representantes de várias Regiões Escoteiras, para não serem vistos como impostos pelo nível Nacional. Pondera a necessidade de se ter um curso EAD sobre as medidas a serem tomadas para retomada das atividades presenciais, uma vez que não temos uma cultura de ler documentos, por isso, talvez só se ter uma resolução e protocolos não seja suficiente, algo que um curso complementar. Ademais, salienta que é importante se ter uma estratégia para recuperar os associados que ameaçam se evadir por não se adaptar às atividades online. Sugere se estabelecer um acordo entre as Regiões Escoteiras para definição dos critérios para retomada das atividades presenciais e para decisão de uma nova suspensão. Diz que o Comitê Regional de Crise do RJ sugeriu que essa decisão de suspensão das atividades presenciais deveria ser por município ou Distrito, considerando as sinalizações do painel do SUS e dos sistemas de bandeiras sobre a situação da pandemia. JEFFERSON parabeniza a reunião e o material produzido para a tomada de decisão. Relata que no MS as escolas públicas municipais e estaduais só voltarão às aulas presenciais em 2021, mas que as particulares já voltaram. Por isso, provavelmente no MS só deverão retomar as atividades presenciais em 2021. Sugere que o nível Nacional produza um documento regulatório para retomada das atividades presenciais. PIO diz que no MA há uma certa situação de calma em relação à pandemia, pois até agora tiveram poucos óbitos, apesar da constante preocupação com a doença. Diz que na Região estão em dúvida se deve haver uma abertura gradual ou não, e que já tiveram três reuniões da Comissão Regional de Crise sobre o assunto. Informa que há UELs que não conseguiram manter suas atividades por conta das dificuldades de acesso à internet. Relata que o estado está retomando gradualmente as atividades, mas que escolas ainda não retomaram o funcionamento presencial, porque muitos pais não estão aceitando o retorno das aulas por considerarem que o semestre foi perdido. Afirma que alguns escotistas e dirigentes preferem decretar férias das atividades escoteiras até 2021, quando possivelmente, teremos vacinação para retomada com segurança das atividades. Ressalta que a Região tem sofrido com a falta de recursos financeiros devido à suspensão das atividades presenciais. WINDER lembra que nesta data a capital de GO, Goiânia, faz 87 anos. Parabeniza à DEN pela pesquisa e pela condução do assunto até aqui, ouvindo todo mundo antes da tomada de decisão. Diz que se a partir de agora couber às Regiões a decisão de retomada das atividades presenciais, GO deverá retomar somente em 2021. Manifesta ser otimista que famílias brasileiras vão ver com bons olhos a proposta educativa do Movimento Escoteiro. Vislumbra que teremos um decréscimo acentuado do efetivo em 2020 por causa da pandemia, mas que em 2021 a retomada deverá ser vigorosa, por sermos mais necessários ainda depois da pandemia. Relata que em GO tem uma equipe promovendo atividades comunitárias, entregando alimentos e agasalhos aos mais necessitados, respeitando o protocolo nacional para esse tipo de atividade. LUCIANO sublinha que um detalhe importante apontado pelo Comitê Nacional de Crise foi a necessidade de ter um curso EAD preparatório para retomada das atividades presenciais. Compreende que a Região Escoteira terá como maior função a supervisão do cumprimento dos protocolos estabelecidos e orientar as UELs sobre os



investimentos a serem feitos em equipamentos de segurança (alcóol em gel, por exemplo) para a retomada as atividades. Sugere um retorno gradativo das atividades, começando com os ramos maiores. Reporta que, no ES, a Assembleia Regional definiu que o retorno das atividades presenciais deverá ocorrer somente em 2021. Pondera que, por vezes, ficamos muito preocupados em atender a uma minoria que reclama. NARCIZO salienta que cada Região tem sua particularidade sobre o melhor momento para retomada. Diz que em SC as famílias ficarão muito satisfeitas se a retomada das atividades presenciais ocorrer agora. Entende que muitas Regiões Escoteiras só retomarão as atividades em 2021, mas outras Regiões, especialmente as com maior número de associados, têm uma opinião diferente sobre isso. Afirma que SC deseja uma retomada imediata, atendendo aos protocolos. Considera que o protocolo de retorno das atividades deve ser regional, constando orientações mínimas nacionais. Frisa que para algumas Regiões a retomada das atividades apenas em 2021 será um grande prejuízo educativo para os jovens, financeiro para instituição, etc. Por isso, reforça a necessidade de se transferir às Regiões Escoteiras a decisão sobre a retomada, com segurança. IRINEU também entende as diferenças regionais e ressalta sua concordância com a proposta do CAN e da DEN, com base no parecer técnico do Comitê Nacional de Crise, o qual prescreve algumas recomendações para a retomada. Reforça sua proposição de retorno imediato das atividades presenciais de adultos, não para cursos, mas para reuniões de planejamento e mobilização de lideranças. Pondera que o parecer do Comitê Nacional de Crise não é claro sobre as atividades com pernoite, o que encaminha que só deveria ser autorizado após a vacinação contra a COVID-19. ADRIANA relata que no DF, por uma questão política e financeira, as escolas particulares já retornaram as aulas presenciais há quase um mês, entretanto, as públicas ainda não. Relata também que na noite de ontem saiu liminar obrigando as escolas públicas retomarem as aulas presenciais em cinco dias, apesar da perspectiva que só haveria o retorno em 2021. Diz que no Movimento Escoteiro a ansiedade de alguns também é imensa para retomada, e que antes da pesquisa nacional, a Região do DF fez uma pesquisa regional sobre o retorno. Espera que nesta Reunião se tenha uma decisão sobre o assunto para que possa compartilhar com os dirigentes locais em reunião agendada para o próximo mês. Informa que foi criado um Comitê Regional de Crise e que apenas duas UELs até agora apresentaram planos de retomada. Salienta que nas Regiões menores se tem um contato ainda maior com os dirigentes de UELs, o que as pressionam ainda mais para que seja tomada uma decisão sobre a questão. PIO afirma que se no MA houver retomada, caberá à cada Diretoria de UEL decidir se voltam as atividades agora ou não. Diz que a proposta regional é retomar em 2020 apenas reuniões de planejamento com os adultos para se planejar a retomada para 2021, e que para a UEL retornar suas atividades presenciais, precisará ter autorização dos pais/responsáveis dos jovens, autorização da entidade onde está sediada e os escotistas precisarão concordar, por escrito, sobre o risco das atividades presenciais. Relata que na próxima semana farão uma reunião com os presidentes de UELs para transferir a eles a responsabilidade sobre a decisão do momento da retomada das atividades presenciais. MURARO informa que no RS estão com o plano de retomada pronto e deverão publicá-lo na semana que vem. Sublinha que há diferenças não só entre Regiões, mas dentro das Regiões, especialmente nas maiores. Relata que o plano do RS prevê o uso obrigatório de EPIs, observância às regras e autorizações municipais e liberação independente por UEL e por



associado. Diz que não é uma minoria que quer voltar às atividades presenciais, pois nos resultados da pesquisa a diferença é de apenas três pontos percentuais. Salienta que no RS já estão liberadas as atividades presenciais das escolas públicas e particulares. Afirma que no plano regional elaborado há uma previsão para que cada UEL elabore seu plano de retomada, com base nas diretrizes regionais, com a criação de uma comissão interna para elaboração do plano de retorno, e diz que deverão realizar dois seminários online sobre o tema: um para os presidentes das UELs e outro para as comissões internas. Diz também que não irão liberar neste momento a realização de acampamentos e acantonamentos. Pondera que é importante delegar a cada Região Escoteira a decisão sobre a retomada. Ressalta que, queiramos ou não, hora e outra nos deparamos com denúncias de realização de atividades presenciais por UELs, descumprindo a determinação nacional de suspensão das atividades. Por isso, entende que o risco é maior se não for regrada a retomada, pois quanto mais rápido for regulado o processo, mais rapidamente as UELs poderão estabelecer o plano de retorno local. Manifesta que a Região do RS pode disponibilizar o protocolo regional elaborado para as Regiões que quiserem. MACEDO afirma que nos próximos dias a DEN expedirá um ofício com as orientações para a retomada das atividades escoteiras presenciais, com a decisão do momento ficando a cargo de cada Região, e que cada Região deverá enviar à DEN o plano regional de retomada que, por sua vez, consultará rapidamente o Comitê Nacional sobre o plano apresentado para autorizar a retomada. GOMIDE parabeniza a decisão da DEN, pois ainda que em MG esteja sinalizado a retomada somente em 2021, é importante se ter essa possibilidade de retomada, caso seja necessário. Pergunta se será elaborado um plano nacional de retorno ou cada Região deverá elaborar o seu. MACEDO responde que a DEN elaborará um ofício sucinto com as orientações objetivas que estão no parecer técnico do Comitê Nacional de Crise, e que caberá a cada Região elaborar seu plano de retorno. ROBERLEI sugere que quando for elaborado pela Região o plano de retomada, que o mesmo considere as recomendações mínimas que constarão no ofício da DEN. RODRIGO manifesta sua preocupação com as Regiões menores que não têm funcionários para elaborar o plano. Pondera que se houvesse algum documento nacional para ajudar as Regiões pequenas nessa elaboração do plano regional ou poder adotar o plano de outra Região, isso colaboraria, pois em sua Região não tem como os voluntários elaborarem esse plano, por disporem de pouco tempo. MACEDO sugere que as Regiões pequenas adotem os materiais elaborados pelas Regiões de SP, SC, MG e PA, pois trazem ações que podem ser aproveitadas por outras Regiões Escoteiras. Diz que a DEN pode enviar esses planos para as Regiões que desejarem. Diz também que a Região que remeter o plano primeiro e for aprovado, podemos pensar em torná-lo modelo para servir às Regiões que necessitarem. MURARO afirma que o plano do RS está à disposição para ser utilizado pelas demais Regiões, e sugere que as Regiões que já têm planos elaborados, que os compartilhem no grupo do CCN. Reforça sua preocupação que a orientação final da DEN para retomada das atividades presenciais seja disponibilizada o mais rápido possível para que os planos regionais sejam adequados à ela, se necessário. NARCIZO diz que o plano de SC já foi disponibilizado e está autorizado a ser utilizado por outras Regiões, relatando que, inclusive, já está sendo utilizado por entidades externas ao Movimento Escoteiro. GOMIDE ratifica que o plano de MG também está à disposição para ajudar as necessidades de outras Regiões na elaboração do seu plano de retomada. PIO pergunta se o plano de retomada da DEN será disponibilizado o



mais breve possível, pois tem uma reunião agendada com os presidentes das UELs sobre o assunto na quarta-feira que vem. MACEDO esclarece que a intenção da DEN não é fazer um plano, mas expedir um novo ofício, até a próxima terça-feira, com os requisitos mínimos a serem considerados nos planos regionais de retomada. Sugere que sejam compartilhados os planos regionais já prontos. Orienta às Regiões que quiserem submeter os planos de retomada à DEN para aprovação, que já podem fazer a submissão a partir de amanhã.

MURARO concede um intervalo de 5 min.

Programa de Integridade para o nível Regional: Retomando os trabalhos, ROBERLEI explica que a PAULA vai esclarecer dúvidas quanto à implantação do Programa de Integridade em nível Regional, e abrir diálogo para a construção conjunta com as Regiões da versão final da Resolução da DEN proposta para o tema, disponibilizada previamente para o CCN. PAULA relata que nesta data faz um ano que foi publicada a Resolução CAN-DEN 01/2019 de criação do Programa de Integridade dos Escoteiros do Brasil. Faz um breve resumo das realizações da área no último ano: Publicação da Resolução CAN-DEN criando o Programa de Integridade; edital de convocação para selecionar associados a compor a Equipe Nacional de Integridade, sendo selecionados 14 (quatorze) voluntários de diversas Regiões Escoteiras; criação do Canal de Conduta, sendo que na próxima reunião do CAN será apresentado um relatório das denúncias recebidas pelo canal até então e as respectivas sindicâncias instauradas; elaboração de política de governança, política de brindes, política comercial, política de tratamento de dados e de segurança da informação (importante para implantação da LGPD), política de gestão de riscos, política de conflito de interesses e de transparência; Código de Conduta já lançado, principal documento para implantação do Programa de Integridade; apresentada proposta de métricas de avaliação dos conselheiros nacionais; feita auditoria dos contratos em nível nacional; será iniciado mapeamento e plano de riscos após aprovação da política de gestão de riscos; atuação em quatro denúncias específicas contra Regiões Escoteiras; em processo de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nos Escoteiros do Brasil. PAULA diz que o relato é importante para se saber o que a equipe de integridade faz, um trabalho constante que precisa ser adaptado à realidade da nossa instituição. Afirma que foi encaminhada uma sugestão de Resolução para implantação do Programa de Integridade em nível Regional, que necessita da colaboração das diretorias regionais para implantação do Programa de Integridade nas Regiões Escoteiras, que está à disposição para levar o compliance para as Regiões e que gostaria de ouvir os presentes sobre a sugestão de Resolução encaminhada. PETRONILIO relata que teve o caso de UEL de sua Região que fez uma denúncia e não houve uma resposta rápida, nem confirmação de recebimento. Ressalta que o retorno para o denunciante é importante para o canal de denúncias funcionar. PAULA esclarece que durante a pandemia receberam mais de 150 emails no canal de denúncias para analisar. Esclarece que denúncias administrativas não são prioridade em relação a denúncias de abusos de crianças. Diz que conseguiram zerar há duas semanas todas as denúncias enviadas. Ressalta que houve uma demanda muito grande durante o período e que as denúncias são analisadas apenas pela Diretora Jurídica, não por uma equipe, o que sobrecarrega o trabalho. Pede desculpas pelo atraso, mas salienta não foi intencional, apenas excesso de trabalho. LUIZA diz que nesta reunião está



representando o presidente regional do CE que está de luto neste dia. Salienta que é uma fã da pasta de Integridade, e lembra que no CE foi uma das primeiras a convidar a PAULA para fazer uma live sobre o tema. Relata que houve um problema com um Coordenador Distrital que foi exonerado e denunciou a atual Diretoria Regional do CE, denúncia esta que se tornou um processo administrativo-disciplinar (PAD). Algo, na sua visão, decepcionante, para o qual diz não estar emocionalmente preparada e espera que a avaliação que a DEN e o CAN farão sobre a denúncia, seja com base na defesa apresentada. ANDRÉ lembra que, infelizmente, não vivemos fora da sociedade e os tempos em que vivemos de polarização e disputa estão refletidos na nossa instituição. Relata que na Região do RJ, depois de muitos anos, um mesmo grupo político na Diretoria Regional não está mais no poder e isso está gerando conflitos. Afirma que em outubro do ano passado receberam um pedido de intervenção nacional na Região, e que, neste ano, toda a Diretoria Regional foi alvo de denúncias. Diz que se não fosse o Programa de Integridade, não imaginaria como isso seria tratado. Sublinha que a ANAC, onde trabalha, tem o programa de integridade como fundamental, e que hoje tem a certeza que a nossa instituição tem uma resposta objetiva, baseada em critérios, mais profissional e menos política para essas questões. Salienta que tem recebido apoio da PAULA no processo conturbado que têm vivido no RJ. Diz que ela fez uma live recentemente na Região sobre Governança e Integridade, e que todo processo de mudança tem que ter tempo para conhecimento. Reconhece e agradece PAULA e sua equipe pelo trabalho realizado. PIO manifesta sua preocupação com o programa, porque precisa dar resposta a quem fez a denúncia. Relata que tem uma denúncia do MA há praticamente um ano sem resposta. Afirma que já trabalhou na função de integridade quando coordenador do INCRA, como presidente de comissão de ética da universidade, e por isso, sabe da dificuldade que se tem no campo jurídico. Deseja verificar com a PAULA sobre a denúncia feita há praticamente um ano, ainda sem retorno. PAULA agradece à LUIZA pelo convite para live e sabe que denúncias e processos magoam, mas, ressalta que os critérios atualmente são objetivos. Diz também que o nível Nacional tem sido isento e objetivo no recebimento das denúncias. GOMIDE parabeniza o processo de implantação do Código de Conduta e diz que está triste porque PAULA ainda não aceitou o seu convite para uma live. MURARO afirma que o Programa de Integridade é extremamente necessário, todavia, algumas questões o preocupam na Resolução proposta, especialmente a alocação de recursos e o volume de demandas que estão previstos no início do processo de implantação. Frisa que as Regiões maiores que têm um grande fluxo de documentos e procedimentos muito, provavelmente, precisarão de alguém com dedicação exclusiva a isso, entretanto, não há orçamento disponível nas Regiões para isso hoje, a menos que o nível Nacional auxilie com subsídios para a contratação de um profissional que ajude nesse processo. PAULA esclarece que a Resolução proposta busca ser o mais completa possível, a fim de não termos de fazer emendas. Por isso, consta na proposta a alocação de recursos para o programa em nível Regional, mas esclarece que isso não será exigido agora, especialmente pelos impactos orçamentários causados pela pandemia. Explica que a proposta é o que o Coordenador Regional de Integridade seja inicialmente voluntário, e futuramente, profissional. Salienta que nem no nível Nacional ainda temos um profissional da área, todavia, entende que precisa ser uma preocupação para o futuro. Manifesta sua preocupação com as Regiões pequenas que não têm funcionários para colaborar na implantação do Programa de



Integridade. Por isso, sugere que Regiões próximas formem uma única equipe de integridade, inter-regional. MURARO pondera que é necessário se ter um profissional do Escritório Nacional para ser um assessor permanente no processo, especialmente para auxiliar as Regiões maiores. PAULA relata que, após um ano da criação do Programa de Integridade, agora estamos pensando em ter um profissional no Escritório Nacional para atender as demandas, como um analista de compliance. PIO concorda com a proposta de se ter uma única equipe de integridade para Regiões pequenas próximas. ANDRÉ pergunta como seria esse compartilhamento de um mesmo Programa de Integridade pelas Regiões. PAULA responde que as Regiões que têm condições de ter uma equipe própria é ideal que o tenham, e que as Regiões que não têm essa condição, a proposta é que compartilhem uma mesma equipe de integridade. BIA pondera que pode haver uma dificuldade de traços culturais organizacionais para as Regiões pequenas compartilharem uma mesma equipe de integridade. PAULA concorda com a Bia, por isso, entende que a união deve se dar não apenas por serem Regiões pequenas, mas por afinidades culturais. BIA salienta que cada Coordenador Regional de Integridade deveria compor a Equipe Nacional de Integridade e não se constituir uma equipe paralela. PAULA diz que a proposta é essa, como se fossemos uma empresa com várias filiais coordenadas pela matriz, sendo que cada Coordenador Regional de Integridade será um braço da equipe nacional. BIA pergunta e PAULA esclarece que as políticas já produzidas citadas em seu relato anterior ainda estão em processo de aprovação pelos órgãos de competentes (DEN e CAN). Por isso, PAULA sublinha que precisamos criar um mecanismo de cobrança dos órgãos decisores para aprovação desses documentos, uma vez que o cronograma de aprovação foge da sua alçada como Diretora Nacional de Integridade. BIA pondera que se não se sabe onde os documentos estão parados, não se tem como apoiar nesse processo. PAULA responde que pode passar ao CCN o que já foi produzido e o status. MURARO ressalta que há alguns assuntos mais sensíveis que precisam de um atendimento mais imediato, como a LGPD, por isso, deseja escolher os pontos mais urgentes previstos na Resolução para discussão. PAULA replica que quanto à LGPD pode fazer um relatório do que já está sendo feito. Destaca a importância do curso nacional de Governança e Integridade que ocorrerá nos próximos dias 21 e 22 de novembro, de forma online. Frisa que se as Regiões necessitarem de mais vagas, é só informarem. Explica que no curso terão 2h de unidade didáticas sobre LGPD. Diz que o que pode informar que já está sendo feito em relação à LGPD é o início do mapeamento das plataformas nacionais, visando a segurança de informação. Que estão em processo de reestruturação de infraestrutura de TI do nível Nacional. Que dentro do SIGUE-PAXTU em breve será criado um termo de consentimento para tratamento dos dados pessoais dos associados. PAULA solicita que os presidentes regionais sejam os replicadores dessas informações nas Regiões. Informa também que já foi alterado o modelo de contrato de trabalho voluntário, fazendo constar cláusulas de LGPD, e que o termo de consentimento de uso de imagem e do som foi adequado aos termos da LGPD. Relata que deverá ser feita uma comunicação aos associados sobre a necessidade do aceite do termo de consentimento para tratamento de dados pessoais, nos mesmos moldes do que foi feito quando da obrigatoriedade do CPF, e que o registro escoteiro só poderá ser feito se for aceite o termo de consentimento da LGPD. CRIS reforça que a comunicação sobre a obrigatoriedade do aceite do termo de consentimento será feita da mesma forma que foi feita em relação à obrigatoriedade do CPF para se efetivar



o registro escoteiro. Aproveita para informar que ontem tivemos um treinamento com todos os profissionais escoteiros do Escritório Nacional sobre Compliance e LGPD. MURARO pondera que além de direito de imagem e som, é necessário se ter autorização de direito produção audiovisual. MURARO se manifesta contrário à previsão de graus do Selo de Integridade propostos na resolução. Encaminha que deve se ter apenas a previsão de se receber o Selo ou não. PAULA responde que podemos prever um tempo de carência para implantação do Selo de Integridade e se retirar a previsão de graus. Os presentes concordam, por unanimidade, em se retirar a previsão de graus do Selo de Integridade e se prever um tempo de carência para sua implantação, na Resolução proposta. Quanto à unificação do programa de integridade de algumas Regiões, PAULA diz que aguarda uma proposta. MURARO sugere que essa demanda seja tratada diretamente com a PAULA, até por conta do horário avançado e a pauta restante a tratar. ROBERLEI solicita que todos façam uma leitura atenta do texto proposto da Resolução e que as dúvidas sejam todas esclarecidas, para não termos problemas com isso no futuro. MURARO propõe que o debate mais profundo sobre a proposta do Programa de Integridade em nível Regional se dê no curso nacional de Governança e Integridade no próximo mês. PAULA corrobora a proposição de MURARO, uma vez que durante o curso serão compartilhados conhecimentos que colaborarão para se compreender ainda melhor o que está descrito na Resolução proposta. PAULA relata que ontem que ontem ocorreu um treinamento de todos os profissionais do Escritório Nacional sobre Governança, Integridade e LGPD, o qual foi bastante produtivo. Ressalta a importância da adesão, por parte do nosso corpo profissional, ao Programa de Integridade. Lembra que o curso de Governança e Integridade que será realizado em novembro próximo está aberto à participação de profissionais das Regiões Escoteiras. Por fim, conclama todos os diretores regionais a apoiar o Programa de Integridade, o qual depende do apoio da alta administração da organização para obter êxito. PIO diz que já está inscrito no curso nacional de Governança e Integridade. ANDRÉ também se manifesta contrário à previsão de graus do Selo de Integridade, e propõe que essa ideia de ter um selo, também possa ser adotada para as UELs na certificação do Grupo Padrão. Também manifesta que a Região que conseguir cumprir os requisitos antes do prazo de carência, possa já receber o Selo de Integridade.

MURARO concede um intervalo para o almoço, entre 12h e 14h.

Consolidação contábil, Novo Comitê de Governança e Transparência da Loja Escoteira e reabertura dos PDV's da Loja Escoteira:

Reiniciado os trabalhos, CRIS lembra que, geralmente, na reunião do CCN deste período do ano, é relatada aos diretores regionais a situação do processo de consolidação contábil do atual exercício. CRIS lembra também que ao longo de 2020 ocorreu o processo de internalização da contabilidade da matriz e das filiais (Regiões Escoteiras), e que agora a contabilidade é um setor do Escritório Nacional, não mais externo como antes. DÉBORA apresenta a situação atual da consolidação contábil de 2020, compartilhada previamente com o CCN, e solicita a colaboração dos diretores regionais para regularização das pendências. ROBERLEI diz que o CCN deve saber que há uma Comissão do CAN que fiscaliza a execução orçamentária, a qual já manifestou, por diversas vezes, que gostaria de receber para análise, no máximo, os balancetes de 60/90 dias atrás, por isso, é



necessário que as Regiões colaborem nesse processo de consolidação contábil. Ressalta que precisamos que em novembro deste ano regularizemos as pendências contábeis de até outubro/2020. MURARO lembra que em meados de janeiro/2021 precisaremos ter todo o balanço consolidado de 2020 para apreciação pela Assembleias Regionais e, posteriormente, pela Nacional. CRIS destaca que a Resolução CAN 02/2016 rege a composição do Comitê de Governança e Transparência da Loja Escoteira, o qual é composto por três representantes das Regiões com maior faturamento e dois representantes de Regiões escolhidos pelo CCN, sendo que um deles deve ser dentre as dez Regiões com menor faturamento. Relata que no Comitê, quanto aos representantes das três Regiões com maior faturamento, o PR continua sendo representado pelo Gerente Regional Nilton, SP continua sendo representado pelo diretor financeiro Sergio, e o que o RS irá avaliar se continua sendo representado pelo Gerente Regional Eduardo. Nesta reunião, são aclamadas pelo CCN, a Região MA como representante das dez Regiões com menor faturamento, e a Região de PE como outra representante escolhida pelo CCN. Portanto, a próxima gestão, de outubro de 2020 a outubro de 2021, do Comitê de Governança e Transparência da Loja Escoteira, será composta por representantes das Regiões do RS, PR, SP, MA e PE. CRIS informa que já foi retomado o atendimento presencial dos Pontos Diretos de Venda (PDV's) da Loja Escoteira no RS, SP e DF. CRIS informa também que o Gerente Nacional Comercial (Vitorio) já procurou as Diretorias Regionais do RJ e do PR para verificar se é possível a retomada do atendimento presencial dos PDV's nessas Regiões a partir do próximo dia 1º de novembro. LUIZA diz que a Região do CE ficou devendo notas fiscais da consolidação contábil dos exercícios de 2018 e 2019, porque foram de eventos realizados no interior do estado, nos quais foram aceitos provisoriamente recibos, com o compromisso das notas fiscais serem remetidas posteriormente. Afirma que enviaram essa documentação à contabilidade que anteriormente atendida a Região, os quais foram registrados como valores a declarar, e a Comissão Fiscal Regional está questionando isso. CRIS esclarece que recibos não são documentos fiscais válidos. DÉBORA se compromete a conversar diretamente com a LUIZA sobre o assunto, ressaltando que recibos, por não serem contabilmente válidos, não podem ser lançados como despesas e, por isso, ficarão no balanço como adiantamentos. ALEX diz que a Diretoria Financeira do PE relatou que está encontrando dificuldades por conta da mudanças de procedimentos contábeis que eram anteriormente praticados, especialmente a atual exigência de que em todas as notas fiscais conste o CNPJ na Região, inclusive retroativamente. Por isso, solicita orientações gerais quanto a isso para evitarem retrabalho. ANA CARLA replica que sempre foi dada, pela contabilidade do Escritório Nacional, a orientação de serem emitidas notas fiscais com o CNPJ Regional. DÉBORA informa que sempre envia emails às Regiões com orientações para remessa de documentos contábeis.

Eventos Regionais: MARANGONI compreende que todas as Regiões utilizam eventos como instrumentos de captação de recursos e que, logo depois do retorno dos eventos de forma presencial, isso deverá ocorrer com mais intensidade. Prevê que, com isso, poderá ocorrer que todas as Regiões planejem e realizem eventos regionais ao mesmo tempo. Pondera que quando se promove um evento esperando a participação de outras Regiões e, se, várias dessas atividades forem planejadas muito próximas umas das outras, pode haver uma dificuldade de execução. Solicita que, após a retomada dos eventos presenciais, o planejamento e realização desses eventos seja feito de forma integrada, entre o nível



Nacional e as Regiões e entre Regiões. Coloca a área de projetos/eventos nacionais para colaborar com as Regiões nas possibilidades de realização de eventos regionais. Salienta que caso o evento não tenha o planejamento adequado, pode trazer prejuízo para a Região. NARCIZO informa que Região de SC já teve o ARSC adiado por duas vezes, agora transferido para outubro/2021, pois acreditam que a situação da vacinação contra a COVID-19 estará resolvida até esse período. BANCHI informa que SP realizará o Conecta Sampa, adiado para junho de 2021 por conta da pandemia.

Demandas das Regiões Escoteiras: BANCHI - Acesso (visibilidade) das Diretorias Regionais à execução do planejamento estratégico nacional e plano de ação da DEN. ROBERLEI pergunta se é para o que está em execução ou para o próximo que será elaborado. BANCHI esclarece que é para o atual. ROBERLEI responde que estão terminando o processo de atualização do plano estratégico nacional e do plano de ação da DEN, por solicitação do CAN. Informa que foi cancelado a assinatura da ferramenta de acompanhamento do plano estratégico, Scopi, pois não era utilizada e nos gerava custos necessários, e migraram para um acompanhamento Excel, o que tornou mais fácil do CAN visualizar. Informa que após a aprovação da atualização pelo CAN, o plano deverá ser atualizado semanalmente, e que em breve será aberto um processo de contratação de consultoria para elaboração do próximo planejamento estratégico institucional. Lembra que as Regiões vão precisar indicar representantes para esse processo de criação do novo planejamento estratégico, o qual deverá ser feito de forma integrada, a fim de todos tomarmos o mesmo rumo. BANCHI - Comunicação permanente com as Regiões Escoteiras, informando sobre associados da Região que venham a integrar GTs, equipes e outras ações nacionais, mantendo um canal de colaboração mútua, diálogo e parceria entre os diferentes níveis da instituição. Banchi lembra que se trata de uma demanda que já havia sido pautada na reunião anterior e ainda permanecem ruídos em relação a isso. Reforça que os gestores regionais precisam saber quais voluntários da Região irão compor grupos de trabalho e equipes nacionais. MURARO, ALEX e LUCIANO endossam o pedido do BANCHI. LUCIANO diz que voluntários que não encontram espaços nas Regiões Escoteiras acabam buscando espaço nas equipes nacionais e, com isso, voltam empoderados e trazendo problemas para as Regiões de origem. BANCHI ressalta que até mesmo na composição do Comitê Nacional de Crise de COVID-19, as Diretorias Regionais não ficaram sabendo quais voluntários fazem parte. ANDRÉ corrobora a demanda, salientando que é importante que as Regiões Escoteiras sejam comunicadas previamente sobre os resultados dos editais para composição de equipes nacionais. ROBERLEI diz que quando era diretor regional também tinha esta demanda. Esclarece que são instituídos editais de seleção para voluntários comporem grupos e equipes nacionais, e que, na medida do possível, procuram compartilhar com as Regiões o que está ocorrendo, mas às vezes ficam em situação constrangedora em negar a participação de um associado em equipe nacional, por solicitação da sua Região de origem, sem terem fundamento para essa recusa. Encaminha que, para melhorar essa comunicação, a DEN pode divulgar previamente às Regiões os nomes das pessoas selecionadas para compor as equipes nacionais antes da publicação oficial. NARCIZO pensa que isso pode ser resolvido com os voluntários a comporem as equipes nacionais serem indicados pelas Regiões Escoteiras, pois algumas pessoas que colaboram nas equipes regionais acabam indo para as equipes nacionais e deixando as Regiões descobertas. IRINEU corrobora a proposta do NARCIZO,



como uma forma respeito entre os níveis institucionais, uma vez as Regiões conhecem mais de perto os associados. BANCHI - Implementar ações para que as equipes nacionais das principais coordenações e áreas, sejam compostas pelos pares de cada Região. BANCHI diz que em SP as equipes regionais de ramos, por exemplo, são compostas pelas equipes distritais de ramos. Contudo, não vê que as equipes nacionais são compostas pelas equipes regionais, visando um alinhamento institucional. MURARO corrobora a solicitação do BANCHI para um trabalho integrado entre os níveis institucionais. ROBERLEI informa que um dos compromissos do novo Gerente Nacional contratado (THIAGO BUENO) será promover um trabalho integrado entre os Escritórios Regionais, e que a sugestão do BANCHI foi anotada para ser implementada, mas esclarece que isso não é tão fácil de se implementar por conta da cultura organizacional que já existe. BANCHI - Manter um canal de informe de todos os lançamentos, em primeiro lugar para as Regiões e seu corpo profissional, a fim de que se situem e possam melhor atender seus associados. ALEX concorda com a colocação do BANCHI para se evitar o empoderamento com informações de pessoas inadequadas, não bem quistas nas Regiões, que compõem equipes nacionais. Propõe que os documentos e informativos nacionais sejam passados apenas para as Regiões, para essas replicarem aos associados. BANCHI solicita que seja estabelecido um horário de divulgação prévia dos informes nacionais às Regiões. ROBERLEI diz que a DEN tem buscado compartilhar previamente com as Regiões os documentos em construção, com a sinalização de marca d'água, como foi feito com a proposta de Resolução do Programa de Integridade para o nível Regional. MURARO salienta que temos um problema sério de comunicação. Sugere enviar as informações às Regiões, ao menos 30 minutos antes de divulgar a todos os associados. Relata que há alguns diretores e gerentes nacionais que comunicam direto aos associados, prejudicando o fluxo de comunicação com as Regiões. BIA acredita que essa demanda envolve várias aspectos, como a transparência para não se ter uma cultura do que está sendo produzido de uma forma sigiliosa, e que quando a construção é coletiva e as equipes regionais participam das equipes nacionais, esse problema tende a diminuir. BANCHI - Procedimentos para a efetivação do registro institucional de 2021. BANCHI pergunta se será mantida a atual sistemática de validade dos registros escoteiros. ROBERLEI responde que será mantida para 2021 a sistemática de validade de registro escoteiro por 12 meses a contar da data de sua efetivação, implantada em 2020. Por isso, ressalta que é preciso se atentar à alteração do fluxo de caixa por conta dessa mudança de validade dos registros escoteiros. Informa que na próxima reunião do CAN, em novembro de 2020, deverá ser discutida a resolução que regrará o registro escoteiro 2021. BANCHI - Criar um informe dos produtos e sistemas que estão disponibilizados em nível Nacional e que possam ser utilizados pelas Regiões (Zoom / template de Site / ferramentas de comunicação / sistemas financeiros, etc.). ROBERLEI afirma que isso já está sendo levantado para se informar às Regiões o que pode ser disponibilizado. Adianta que talvez tenham que ser feitas algumas modificações nas atuais ferramentas por conta das exigências LGPDm de modo a se garantir a segurança da informação, mas que isso será, gradativamente, comunicado. Relata que tivemos, recentemente, uma série de ataques de hackers nos sites nacionais e, por isso, estão investindo em segurança da informação. BANCHI - Informes do status dos Cursos Intermediários pela Diretoria de Métodos (aguardando informações desde julho). CELSO relata que previam até agosto deste ano colocar no ar o Curso Preliminar EAD, o que foi feito.



Quanto aos Cursos Intermediários, estavam programados originalmente para serem lançados em setembro último, mas nesse meio tempo, tiveram de atender demandas do Jamboree e do Congresso Escoteiro online, o que acabou atrasando a entrega. Entretanto, afirma que até a primeira semana de novembro de 2020 deverão ser lançados os Cursos Intermediários EAD, todavia, os da linha Escotista. Esclarece que nenhuma Região está impedida de fazer o Curso Intermediário de maneira sincrônica, em formato virtual. Informa que o Curso Preliminar Dirigente EAD deverá ser lançado em dezembro de 2020 ou janeiro de 2021. ANDRÉ - Medidas atenuantes para efeitos da COVID sobre o quadro de associados (Registro 2021, captação regional, marketing nacional). ANDRÉ reflete que precisamos pensar em como captar adultos voluntários. MURARO manifesta preocupação sobre a entrada de receitas, que precisamos ter uma campanha de fidelização e rever os critérios de gratuidades do registro escoteiro para o ano vindouro. MACEDO diz que o ponto levantado pelo ANDRÉ é relevante. Relata que tivemos uma redução significativa do nosso quadro de associados, mas não tão alta como de outros setores. Afirma que temos tido, mesmo no período de pandemia, um percentual até maior de renovações do registro escoteiro do que em anos anteriores. Salienta que a proporção de associados jovens versus adultos varia muito de Região para Região, mas atualmente um quinto dos associados é de adultos. Ou seja, temos muitos adultos, mas distribuídos desigualmente. Pondera que um caminho possível é buscar a abertura de UELs com novas tecnologias. Sublinha que várias Regiões estão abrindo UELs em período de pandemia, aproveitando-se das tecnologias de informação e comunicação. Entende que outro caminho é a criação de Clãs Pioneiros online, projeto que está a cargo do Bianchi de MG e é uma possibilidade de captação de adultos para o Movimento Escoteiro. MACEDO ressalta que caso haja interesse em buscarmos um caminho coletivo para captação de adultos voluntários, a DEN está à disposição, mas entende que um caminho é o online. ALEX pergunta se há alguma previsão do Curso Avançado EAD. CELSO respondera que estava inicialmente previsto para novembro próximo, mas foi adiado para dezembro o lançamento do Curso Avançado Escotista EAD, por conta das demandas do CNGA1 online. Destaca que ganhamos com o CNGA1 online em termos de redução do valor taxa de inscrição, cuja arrecadação é revertida para melhorias do Campo-Escola Virtual (CEV). Destaca também que, por conta do aumento exponencial de usuários do CEV, precisamos contratar uma estagiária para atender os usuários da plataforma. ANDRÉ - Debate Nacional sobre Formação (padrão Nacional X autonomia Regional). ANDRÉ manifesta que a Região gostaria de ter cursos mais adaptados para cada Região, ainda que seguindo um padrão nacional. CELSO explica que uma das preocupações na elaboração dos conteúdos dos cursos em nível Nacional é permitir que possam ser incluídas especificidades regionais. ANDRÉ diz que a questão não se concentra no uso do material online disponibilizado pelo nível Nacional, mas sim na Região ter a liberdade de realizar UD's de forma presencial. Pondera que a decisão da Região de fazer o curso em formato EAD ou presencial pode afetar o valor da taxa de inscrição e gerar uma concorrência entre as Regiões em relação às inscrições. CELSO pondera que vamos ter que aprender a conviver com essa "concorrência", mas lembra que para o associado de uma Região fazer curso em outra Região, depende de autorização da sua Diretoria Regional de origem. Salienta que a decisão se o curso vai ser totalmente presencial ou totalmente EAD ou híbrido, compete à Região Escoteira, sendo o nível Nacional responsável apenas por disponibilizar os conteúdos. CELSO



diz que para alguns associados o EAD funciona bem e para outros funciona melhor o formato presencial. ANDRÉ - Debate sobre Modalidades nos Ramos Lobinho e Pioneiro. CELSO esclarece que na atualização do programa educativo que irá ocorrer no decorrer de 2021, várias coisas serão analisadas, tais como a inclusão de um ramo menor, alteração das idades dos Ramos, etc. E que nesse processo, os coordenadores nacionais das modalidades levantaram a necessidade de se analisar a possibilidade dos Ramos Lobinho e Pioneiro praticarem as modalidades do Ar e do Mar. Afirma que não há resistência da equipe nacional de atualização do programa educativo quanto à essa proposta, mas que é preciso o debate, a fim de se encontrar as finalidades educativas disso. Ressalta que irão trabalhar para tornar o processo de atualização do programa educativo o mais participativo possível e alinhado com as diretrizes mundiais, contando com uma consultoria da WOSM. NARCIZO informa que a Região de SC foi convidada para compartilhar a experiência de palestra informativa online no Seminário de Crescimento que ocorrerá durante o Congresso Nacional Escoteiro 2020 na próxima semana, como uma ferramenta para captação de adultos. BIA entende que devemos fazer uma força-tarefa nacional para pensar como recuperar os adultos voluntários impactados pela pandemia. PIO relata que no período de pandemia fizeram uma atividade online com mais de mil participantes, com a participação de outras Regiões Escoteiras e outros países. Relata também que realizaram lives sobre temas de gestão de adultos, jurídico, encontros virtuais de Ramos, entre outros. Afirma que estão com a documentação contábil em ordem até julho deste ano. Salienta que por falta de eventos e registros, a Região do MA está numa situação financeira difícil. Diz que estão pagando o caseiro do Campo-Escola com recursos de investimentos, e que no ano passado fizeram rifa para captar recursos, o que farão novamente neste ano. Relata que estão recebendo doações pessoais para manter as contas em dia, e que mesmo sendo uma Região pequena, têm trabalhado para manter as atividades escoteiras em funcionamento. MURARO enaltece o trabalho nas Regiões menores, nas quais estão dispendo do bolso e do tempo para manter as atividades escoteiras. LUCIANO reforça a divulgação do curso de Canções Escoteiras que seria realizado hoje, mas foi adiado para 7 de novembro próximo, por conta de dificuldades com a ferramenta que seria utilizada para a atividade online. Solicita ajuda do nível nacional para a viabilização da ferramenta. Convida todas as Regiões para liberarem o convite para o curso, para o qual já têm confirmadas participações de associados de outras Regiões Escoteiras e de outros países. ROBERLEI diz que o Microsoft Teams é uma ferramenta alternativa, com grande capacidade, para atender a demanda do ES, e que, infelizmente, não conseguiram ceder a conta nacional do Zoom para a realização do curso na data de hoje, por já estar comprometida com outro evento. LUCIANO replica que a dificuldade de uso do Microsoft Teams é a necessidade de se ter um email institucional @souescoteiro.org.br. ROBERLEI ressalta que o nível Nacional se coloca à disposição das Regiões para ajudar, na medida do possível, com suas dificuldades financeiras para honrarem suas obrigações. BIA diz que entendeu que PAULA aguarda contribuições sobre o texto da resolução da Resolução proposta do Programa de Integridade em nível Regional, mas não estabeleceu um prazo para as contribuições serem feitas. MACEDO esclarece que o assunto está pautado pelo CAN e o que a PAULA fez foi apresentar os mecanismos do Programa de Integridade, por ser uma demanda legal que precisamos atender e um tema novo na iniciativa privada e no Terceiro Setor. Afirma que caso as Regiões tenham tempo hábil de contribuir com o texto



da resolução antes da próxima Reunião do CAN, serão bem-vindas, mas caso não haja, podemos revê-la depois. ALEX diz já se manifestou sobre o tema e foi mal interpretado como sendo contra o Programa de Integridade. Salienta que é contra a forma como está sendo feito. Pergunta se existe uma previsão de revisão sobre a resolução que trata dos processos administrativos-disciplinares (PADs). Na sua visão, entende que a atual resolução é fraca, colocando em risco os entendimentos das decisões, tal como o sigilo processual. Indaga qual o entendimento da DEN do dispositivo previsto no atual estatuto da UEB sobre o descredenciamento de UELs da UEB. MACEDO sublinha que Integridade é uma coisa e PAD é outra, ainda que uma investigação de integridade possa resultar num PAD. Considera que isso não é fácil de entender, dado o recente processo de implantação do Programa de Integridade. Explica que a Resolução sobre PAD é de 2008 e os associados demandam uma revisão dela, porque a instituição e a sociedade mudaram de lá para cá. No entanto, afirma que não tem conhecimento que alguém esteja capitaneando uma revisão dessa resolução. Lembra que há cinco anos foi criado um Grupo de Trabalho para revisão da resolução nacional de PAD, mas não avançou. Ressalta que qualquer pessoa que quiser iniciar um debate sobre isso é bem-vinda e que, ele (MACEDO), como operador do direito, fica à disposição para auxiliar. Quanto ao descredenciamento de UELs da UEB, entende que precisamos separar o que é administrativo e o que é disciplinar. MACEDO diz que está ciente das reclamações que chegam da Região de PE sobre isso, mas esclarece que se isso não for formalizado, não há como se ter atuação da DEN no caso. Ademais, sobre o processo de descredenciamento, reflete que precisamos pensar no tipo de modelo de relação entre a UEB e as UELs. Um assunto que compreende ser pertinente para a discussão estatuinte e para o novo planejamento estratégico. Destaca que o argumento que temos exclusividade sobre a prática do Escotismo, sob amparo de lei federal, não tem funcionado como argumento jurídico. Pondera que temos de decidir em englobar as UELs como estrutura organizacional da UEB ou manter uma relação de franquia. Por isso, atualmente não temos essa previsão de descredenciamento expressa no nosso estatuto. Frisa que temos de fazer uso dos instrumentos que temos hoje, respeitando o devido processo legal. ALEX replica que sabe que Integridade e PAD são coisas diferentes. Todavia, ressalta que o processo de Integridade pode gerar um PAD. No seu entendimento, a Diretoria de Integridade deveria ser vinculada ao CAN e não à DEN. Diz que vê muitas falhas no processo administrativo atual, especialmente no tocante ao sigilo processual e por ser muito subjetivo. Sublinha que o CAN deve ser acionado para atualizar a resolução sobre o processo administrativo-disciplinar. ROBERLEI diz que não estamos conseguindo distinguir Integridade de Comissão de Ética. Entende que Integridade é primeira porta para verificar se os fatos procedem, e que precisamos nos aprofundar no entendimento sobre o assunto. Lembra que até a próxima reunião do CAN, as Regiões podem encaminhar suas sugestões para a Resolução do Programa de Integridade em nível Regional apresentada nesta Reunião. MURARO reforça a importância de todos participarem do curso de Governança e Integridade para um melhor entendimento sobre o tema. ROBERLEI pondera que os dirigentes locais necessitam entender que a responsabilidade por suas falhas não é somente deles, mas da instituição como um todo.



MURARO agradece a confiança depositada para ser o presidente desta Reunião e destaca que as Diretorias Regionais ficam no aguardo, o mais rápido possível, das orientações básicas do nível Nacional para retomada das atividades escoteiras presenciais. Não havendo mais manifestações, MACEDO agradece a presença de todos e encerra os trabalhos às 16h52min.

